

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII - Nº 1.264 - BRASÍLIA, TERÇA-FEIRA, 27 DE MARÇO DE 2001



Reichstul (E) e Zylbersztajn foram convidados para a audiência pública proposta pela senadora Heloísa Helena

## Senado debate hoje segurança nas operações da Petrobras

Comissão de Serviços de Infra-Estrutura quer discutir causas da série de acidentes que culminou com o afundamento da plataforma P-36

As políticas de segurança operacional e de prevenção de acidentes na Petrobras são temas da audiência pública que a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura realiza hoje, a partir das 10h, no Plenário do Senado. Foram convidados o presidente da estatal, Henri Philippe Reichstul; o diretor-presidente da Agência Nacional

do Petróleo, David Zylbersztajn; o presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobras, Fernando Siqueira; e o diretor da Federação Única dos Petroleiros, Maurício França Rubem. A realização da audiência foi proposta pela senadora Heloísa Helena, preocupada com o aumento do número de acidentes na estatal do petróleo.

PÁGINA 3

### Plenário analisa PEC que cria a Guarda Nacional

O Plenário deverá votar hoje, em primeiro turno, proposta que prevê criação da Guarda Nacional e permissão para os municípios executarem policiamento ostensivo e preventivo.

PÁGINA 3



Jader: aumento da aprovação do Congresso é "uma notícia profundamente agradável"

## Jader destaca melhora da imagem do Legislativo

O presidente do Senado, Jader Barbalho, manifestou ontem satisfação com o resultado de pesquisa divulgada pelo jornal *Folha de S. Paulo* indicando o aumento do índice de aprovação do Congresso Nacional.

O senador também saudou a remessa ao Ministério Público de relatório do Banco Central sobre supostas irregularidades no Banpará. "Agora poderei ter acesso a essas peças, o que por 17 anos não tive", afirmou.

PÁGINA 2

## Congresso aprecia oito medidas provisórias

PÁGINA 5

### CAE

#### Mensagem perdoa 80% da dívida da Costa do Marfim com o Brasil

PÁGINA 3

### CMO

#### Técnicos da Fazenda discutem cumprimento de metas fiscais

PÁGINA 5

### CE

#### Emissoras podem ter que padronizar sinais de áudio

PÁGINA 3



### Prefeito acusado de envolvimento com quadrilhas presta depoimento hoje

PÁGINA 5



Bernardo Cabral defende apoio à pesquisa e ao desenvolvimento de novas invenções

## Falta de apoio aos inventores prejudica o país, afirma Cabral

PÁGINA 8

# Jader: Ministério Público recebe processo do Banpará

Presidente do Senado espera, agora, ter acesso a peças do documento do Banco Central, o que, segundo ele, não lhe foi assegurado por 17 anos

O presidente do Senado, Jader Barbalho, disse ontem ter sido informado pelo Banco Central de que a instituição remeteu o relatório das investigações de supostas irregularidades no Banco do Estado do Pará ao Ministério Público paraense. Segundo Jader, o BC alegou a necessidade de manter o sigilo bancário para não lhe remeter cópia do documento.

— Estou muito satisfeito. Agora que o Ministério Público vai examinar esse assunto, poderei ter acesso a essas peças, o que por 17

anos não tive — afirmou.

O senador não quis antecipar o resultado da reunião do PMDB sobre a criação de CPI para investigar denúncias de corrupção na administração pública, mas ressaltou que o partido faz parte da base do governo. “Nossa expectativa é que apóie o governo nesse episódio.” Jader assinalou que considera a CPI assunto de natureza política e espera que a bancada o analise “politicamente”.

— A CPI é política porque a maioria dos casos relacionados, ou

quase todos, já estão no lugar adequado, que é o Ministério Público. O Ministério Público é a consequência de uma CPI. Se já está no Ministério Público, que é uma etapa muito além de qualquer CPI, então passa a ser uma CPI política — esclareceu.



Jader lembrou que na semana passada o Congresso aprovou nove medidas provisórias

aos jornalistas —, e vocês estão com uma avaliação que não condiz com a realidade. Semana passada, aprovamos nove medidas provisórias. O Senado tem funcionado tranquilamente e, amanhã à noite (hoje), temos sessão do Congresso.”

## Senador comemora pesquisa favorável ao Congresso

O presidente do Senado, Jader Barbalho, comentou ontem resultado de pesquisa de opinião pública divulgada pelo jornal *Folha de S. Paulo* que indica aumento do índice de aprovação do Congresso Nacional: “Estou muito satisfeito, porque a pesquisa diz que o Congresso Nacional melhorou de de-

sempenho perante a opinião pública brasileira de dezembro até agora. Para mim, como presidente do Congresso, é uma notícia profundamente agradável”, afirmou.

O comentário do senador foi feito em resposta a críticas da imprensa sobre os trabalhos da Casa. “O Congresso tem votado — disse

## Água é questão geopolítica, adverte Sérgio Machado

Ao lembrar a passagem do Dia Mundial da Água, o senador Sérgio Machado (PSDB-CE) salientou que na maior parte do mundo o controle dos recursos hídricos é tratado como uma questão de equilíbrio geopolítico, assim como o domínio das jazidas petrolíferas.

Dados da Fundação Getúlio Vargas, citados por Machado, apontam para uma média de água de 7,4 mil m<sup>3</sup> por habitante da Terra, a cada ano. Apesar de ser uma média aparentemente satisfatória, a distribuição de água no planeta é

muito desigual, havendo inúmeros países que padecem de carência de água. Além disso, a poluição ameaça grande parte das águas do planeta.

O Brasil é o único país do mundo que, com uma extensão continental, apresenta clima tropical-úmido e tem rios perenes em 90% de seu território, disse Machado. O país, alertou o senador, não utiliza 2% de seu potencial de água doce, desperdiçando inclusive águas que são represadas em grandes açudes. “O desperdício é aliado da escas-



Machado defendeu a transposição do rio São Francisco como solução para a seca nordestina

sez”, disse o senador, que defendeu a transposição de águas do rio São Francisco como solução para a seca do Nordeste. Ele saudou também a criação, pelo governo, da Agência Nacional de Águas (ANA), a seu ver fundamental para o desenvolvimento do Brasil.



## AGENDA

TERÇA-FEIRA, 27 DE MARÇO DE 2001

Presidente  
Senador Jader Barbalho

10h — Recebe o presidente da Petrobras, Henri Philippe Reichstul  
12h — Recebe o senador Iris Rezende  
18h — Recebe o presidente do TRF 1ª Região, juiz Fernando da Costa Tourinho Neto  
18h30 — Recebe o embaixador de Portugal, Francisco Knapf

### PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária  
Pauta: quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 69/99, que altera a redação da alínea “c” do inciso I do art. 159 da Constituição federal (financiamento ao setor produtivo das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste); votação nominal, em primeiro turno, da PEC nº 87/99, altera dispositivo da Constituição federal (parágrafo 8º do art. 144 — constituição de guardas municipais); substitutivo do Senado ao PLC nº 27/95, que dispõe sobre o acesso das entidades sindicais às informações provenientes dos registros administrativos que especifica; PLC nº 15/00, que institui o dia 8 de julho como o Dia Nacional da Ciência; e Requerimento nº 61/01, do senador Amir Lando, solicitando a tramitação conjunta do PLS nº 92/2000, que já se encontra apensado ao PLS nº 101/2000, com o de nº 539/99, por regulararem a mesma matéria.  
19h — Sessão Conjunta do Congresso Nacional  
Pauta: apreciação de medidas provisórias. Plenário da Câmara dos Deputados

### COMISSÕES

10h — Comissão de Serviços de Infra-Estrutura  
Pauta: audiência pública para esclarecimentos e informações sobre temas relacionados com as atividades de extração, produção e transporte de petróleo, em especial a política de prevenção de acidentes e a segurança operacional da Petrobras.  
Convidados: os presidentes da Petrobras, Henri Philippe Reichstul, e da Associação dos Engenheiros da Petrobras, Fernando Siqueira; o diretor-presidente da Agência Nacional do Petróleo (ANP), David Zylbersztajn, e o diretor da Federação Única dos Petroleiros (FUP), Maurício França Rubem. Plenário do Senado  
15h — CPI do Roubo de Cargas  
Pauta: depoimento do prefeito do Amapá do Maranhão, Aveny Andrade Pacheco. Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2  
15h — Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização  
Pauta: avaliação do cumprimento das metas fiscais do último quadrimestre, conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal; e apreciação dos relatórios apresentados às contas do presidente da República referentes ao exercício financeiro de 1995 (Mensagem nº 173/1996-CN) e de 1999 (Mensagem nº 349/2000-CN). Plenário nº 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães da Câmara dos Deputados  
17h — Conselho de Ética  
Pauta: votação de requerimento de nova convocação, em reunião secreta, dos procuradores da República Guilherme Schieb e Eliano Torelli. Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2  
17h30 — Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional  
Pauta: eleição do vice-presidente. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 5  
Após a Ordem do Dia — Comissão de Assuntos Econômicos  
Pauta: PLC nº 11/00, que dispõe sobre o aumento de capital nas empresas públicas ou sociedades de economia mista sob o controle da União, entre outros itens. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19  
Após a Ordem do Dia — Comissão de Educação  
Pauta: PLS nº 165/00, que denomina Sylvio Botelho trecho da Rodovia BR-174; PLS nº 127/95, padroniza o volume de áudio das transmissões de rádio e televisão nos espaços

dedicados à propaganda, entre outros itens. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15

### ESPECIAL

11h — Solenidade de abertura da exposição *A mulher potiguar: cinco séculos de presença*. O evento é uma promoção do Senado Federal e do governo do estado do Rio Grande do Norte. Na oportunidade, haverá o lançamento de um livro, com o mesmo título da exposição, trazendo informações sobre 24 mulheres que integram a história do estado. Senada Galeria

### PREVISÃO PLENÁRIO

Quarta-feira  
14h30 — Sessão deliberativa ordinária  
Pauta: PLC nº 85/00, dá nova redação ao art. 46 da Lei nº 6.015/73, que dispõe sobre os registros públicos (declarações de nascimento após o prazo legal); votação nominal, em primeiro turno, da PEC nº 57/95, altera dispositivos constitucionais relativos aos limites máximos de idade para a nomeação de magistrados e ministros de tribunais e para a aposentadoria compulsória de servidor público; votação nominal, em primeiro turno, da PEC nº 63/99; votação nominal, em primeiro turno, da PEC nº 19/96, que dispõe sobre os benefícios fiscais referentes ao ICMS; e substitutivo da Câmara ao PLS nº 83/91, altera a Lei nº 6.662/79, que dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação.

Quinta-feira  
10h — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 100/00, altera o alínea “d” do inciso VI do art. 150 da Constituição federal (veda instituir imposto sobre cadernos escolares); PLS nº 194/95, concede anistia a dirigentes ou representantes sindicais e trabalhadores punidos por participação em movimento reivindicatório; e PEC nº 50/96, convoca plebiscito para o eleitorado decidir sobre a realização de reforma constitucional, altera o art. 55 da Constituição federal para prever a perda de mandato por infidelidade partidária.

Sexta-feira  
9h — Sessão não-deliberativa

### COMISSÕES

Quarta-feira  
9h — Comissão de Assuntos Sociais  
Pauta: PLC nº 88/00, que dispõe sobre a obrigatoriedade de inserção nas embalagens de roupas íntimas de orientações impressas sobre a importância de exames preventivos de câncer de mama, colo de útero e de próstata e PLC nº 105/00, que dispõe sobre o atendimento preferencial ao idoso nas unidades vinculadas ao Sistema Único de Saúde. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9

10h — CPI do Futebol

Pauta: depoimento do ex-presidente do Fluminense Football Club Manoel Schwartz e do ex-presidente do Conselho Deliberativo do Fluminense José Pereira Antelo. Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2

10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: 1ª parte: audiência pública visando orientar a PEC nº 29/00, que introduz modificações na estrutura do Poder Judiciário. Convidados: ministro Almir Pazzianotto, do TST; e tenente-brigadeiro-do-ar, Sérgio Xavier Ferolla, ministro do STM. 2ª parte: PLC nº 85/00, dá nova redação ao art. 46 da Lei nº 6.015/73, que dispõe sobre os registros públicos, entre outros itens. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Jader Barbalho  
1º Vice-Presidente: Edison Lobão  
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares  
1º Secretário: Carlos Wilson  
2º Secretário: Antero Paes de Barros  
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti  
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves e Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreira Silva  
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150  
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170  
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa  
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda  
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho  
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo  
Arte: Cirilo Quartim

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

# CI debate segurança operacional da Petrobras

Devem participar da audiência pública, hoje, a partir das 10h, os presidentes da estatal e da associação dos engenheiros, além de diretores da Agência Nacional do Petróleo e da Federação Única dos Petroleiros

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) realiza audiência pública hoje, às 10h, no Plenário do Senado, para obter esclarecimentos e informações sobre as atividades de extração, produção e transporte de petróleo, em especial as políticas de segurança operacional e de prevenção de acidentes da Petrobras. Foram convidados a depor o presidente da estatal, Henri Philippe Reichstul, o diretor-presidente da Agência Nacional do Petróleo (ANP), David Zylbersztajn, o presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobras (Aepet), Fernando Siqueira, e o diretor da Federação Única dos Petroleiros (FUP), Maurício França Rubem.

Convocada pelo presidente da CI, senador José Alencar (PMDB-MG), a audiência foi solicitada pela senadora Heloísa Helena (PT-AL) em função da série de acidentes que culminaram com o afundamento da plataforma petrolífera P-36, a maior do mundo, no último dia 20, na Bacia de Campos (RJ). Cinco dias antes, três explosões comprometeram um dos flutuadores que mantinham a plataforma na superfície do mar e causaram a morte de 11 empregados da Petrobras.



Heloísa cita levantamentos que apontam aumento do número de acidentes na Petrobras

O Sindicato dos Petroleiros (Sindipetro) acusa a direção da Petrobras de negligência quanto à manutenção dos equipamentos da P-36, que, segundo avaliação realizada por funcionários poucos dias antes do acidente, necessitava paralisar suas atividades para a realização de reparos.

No seu pedido, aprovado pela comissão, a senadora Heloísa Helena afirma que, segundo levantamentos realizados por sindicatos de petroleiros da Bacia de Campos, durante a gestão do atual presidente da Petrobras, Henri Philippe Reichstul, morreram 32 pessoas em 99 acidentes ocorridos em instalações da empresa.

## CE vai examinar projeto que obriga rádios e TVs a padronizarem sinais

Para que não haja, no momento da recepção, elevação injustificável de volume nos intervalos comerciais, os serviços de rádio e televisão serão obrigados a padronizar seus sinais de áudio. Projeto do senador Lauro Campos (PT-DF) nesse sentido, com substitutivo da Câmara dos Deputados, será apreciado pela Comissão de Educação (CE), hoje, depois da Ordem do Dia.

O substitutivo prevê que caberá ao Poder Executivo criar, no período de 120 dias a contar da publicação da lei, os mecanismos necessários à normalização técnica da matéria e à fiscalização de seu cumprimento. A emissora que infringir essas normas sofrerá pena de suspensão da atividade pelo prazo de 30 dias, triplicada em caso de reincidência.

A Comissão de Educação votará ainda projeto da Câmara que insti-



Lauro Campos propõe suspensão da emissora que infringir norma relativa à padronização de sinais

tui o Dia Nacional das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apaes). O senador Geraldo Cândido (PT-RJ) elaborou parecer favorável. Também serão apreciados três projetos que homenageiam personagens ilustres dos estados de Roraima (Sylvio Botelho) e da Paraíba (Rivando Bezerra Cavalcanti e o ex-governador Antonio Mariz).

## Plenário analisa em primeiro turno PEC que cria a Guarda Nacional

O Plenário vota em primeiro turno, hoje, a proposta de emenda constitucional que prevê a criação, pela União, de uma Guarda Nacional e a permissão aos municípios para executar, por meio de convênio com os estados, serviços de policiamento ostensivo e preventivo.

Apresentada pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP), a proposta destinava-se inicialmente apenas a ampliar o raio de atuação das guardas municipais. Segundo o autor da emenda, estas poderiam aproveitar a sua presença nas grandes cidades para ajudar no combate à criminalidade. "Se a viatura da polícia municipal faz ronda visando à proteção das escolas, de bom grado a população carente e à mercê muitas vezes dos marginais contaria com mais esse apoio de segurança", afirma Tuma na justificativa da proposta.

Uma emenda de Plenário, que teve como primeiro signatário o senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) e recebeu parecer favorável da

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), incluiu a possibilidade de estabelecimento da Guarda Nacional proteger os bens, serviços e instalações da União. Com a criação da guarda, argumentam os autores da emenda, a Polícia Federal e as Forças Armadas poderão exercer exclusivamente suas tarefas típicas — respectivamente, a função de polícia judiciária e a defesa do país.

Hoje é o penúltimo dia de discussão, em primeiro turno, da proposta de emenda constitucional de autoria do senador Luiz Otávio (sem partido-PA) que prevê a aplicação em infra-estrutura de 25% dos recursos dos fundos regionais de desenvolvimento. Esses fundos, que beneficiam as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, contam com 3% do produto da arrecadação dos Impostos de Renda (IR) e sobre Produtos Industrializados (IPI).

Durante a discussão da proposta, observou-se uma falta de con-



José Roberto Arruda é autor da emenda que prevê criação da Guarda Nacional

senso no Plenário em relação ao tema. Os parlamentares contrários à proposta defenderam a destinação da totalidade dos recursos dos fundos a empreendimentos produtivos e argumentaram que os estados podem buscar outras fontes de financiamento para suas obras de infra-estrutura.

Será apreciado em turno suplementar projeto que garante às entidades sindicais o direito de acesso livre e gratuito a informações do governo a respeito de registros administrativos como os da Relação Anual de Informações Sociais (Rais), Cadastro Geral de Empregados e Desempregados e outros.

Também estará em pauta projeto de criação do Dia Nacional da Ciência, em 8 de julho.

## CAE vota perdão de 80% da dívida da Costa do Marfim com o Brasil

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) delibera hoje, após a Ordem do Dia, sobre mensagem do Poder Executivo que concede perdão de 80% da dívida da República da Costa do Marfim com o Brasil, estimada em US\$ 27,9 milhões, propondo o reescalonamento de US\$ 5,5 milhões. Com parecer favorável do senador José Eduardo Dutra (PT-SE), a proposta fixa prazo de 23 anos para renegociação dos 20% restantes do débito e faz parte da estratégia do governo de resgatar parte dos créditos externos considerados de difícil recuperação.

Outra matéria de autoria do Executivo a ser votada pela CAE refere-se à proibição de aumento de capital nas empresas públicas ou sociedades de economia mista controladas pela União sem prévia autorização do Ministério do Planejamento,

Orçamento e Gestão. O projeto tem parecer favorável do relator, senador Bello Parga (PFL-MA), que concorda com o argumento de que a medida torna as empresas mais eficientes e competitivas e colabora com o programa de descentralização e desregulamentação das atividades do setor público.

A operação de troca de títulos da dívida externa brasileira, realizada no ano passado pelo Banco Central, no valor de US\$ 5,1 bilhões, também vai ser apreciada pela CAE. Em seu relatório, o senador José Fogaça (PMDB-RS) destacou as vantagens da transação, que reduziu em US\$ 243 milhões o estoque da dívida administrada pelo Tesouro



José Eduardo Dutra deu, na CAE, parecer favorável à proposta

Nacional.

A pauta da reunião da CAE também inclui projeto do senador Luiz Pontes (PSDB-CE), com voto favorável do relator, senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), que prevê a obrigatoriedade de publicação semestral, pela Internet, dos balanços já auditados dos Fundos Constitucionais do Norte (FNO), do Nordeste (FNE) e do Centro-Oeste (FCO). Está prevista ainda a apreciação de projeto, com parecer favorável do senador Lúcio Coelho (PSDB-MS), que exclui as benfeitorias executadas com recursos públicos do cálculo de indenização de terras desapropriadas para fins de reforma agrária.

# PMDB dará só seis assinaturas para CPI, diz Renan

Líder do partido no Senado prevê que não será grande a adesão de peemedebistas à proposta de criar uma comissão parlamentar de inquérito. "Não vejo o interesse do país por trás do requerimento das oposições", afirma

O requerimento das oposições para criação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) destinada a investigar denúncias de corrupção não deverá contar com o apoio de mais de seis dos 27 senadores do PMDB, afirmou ontem o líder do partido no Senado, Renan Calheiros (AL). Ele disse que, em princípio, a bancada não deverá mais se reunir para tratar do assunto.

Os seis senadores peemedebistas que já assinaram o requerimento ou se comprometeram a apoiar a CPI são José Fogaça (RS), Pedro Simon (RS), Jader Barbalho (PA), Maguito Vilela (GO), Roberto Requião (PR) e José Alencar (MG). Alguns deles, conforme Renan Calheiros, assinaram "por



Para Renan Calheiros, alguns assinaram "por contingências partidárias em seus estados"

contingências partidárias em seus estados".

— A quem interessa essa CPI? A

quase totalidade dos fatos listados para investigação já está até mesmo no Ministério Público e muitos são fatos denunciados por conta de uma briga pessoal. Não vejo o interesse do país por trás do requerimento das oposições para se criar a CPI — afirmou o líder peemedebista.

Também já assinaram o requerimento os 16 senadores da oposição e o senador Antonio Carlos Magalhães. Assim, do mínimo de 27 assinaturas de senadores necessário para criar uma CPI, as oposições já contariam com 23 nomes. O requerimento prevê a criação de uma CPI mista de deputados e senadores e, na Câmara, o número de adesões estaria próximo de 130 — o mínimo é de 171 deputados.

## Relator de processo no Conselho de Ética deve ser anunciado hoje

Está confirmada para hoje, a partir das 17 horas, reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar na qual deve ser anunciado o nome do relator do processo que investiga se houve fraude no painel eletrônico de votação na sessão de cassação do então senador Luiz Estevão (PMDB-DF). A escolha do relator é feita pelo presidente do conselho, senador Ramez Tebet (PMDB-MS).

Os integrantes do conselho devem decidir também sobre a necessidade de os procuradores da República Guilherme Schelb e Eliana Torelly prestarem novo depoimento. O senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) sugere, em requerimento, que os dois procuradores sejam ouvidos em reunião secreta, conforme solicitaram. Os procuradores já testemunharam em reunião realizada no dia 14, mas negaram-se a detalhar a conversa que tiveram com o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), reconhecendo apenas que o tema foi o descrito pela matéria da revista *IstoÉ*.

De acordo com a revista, Antonio Carlos teria dito a Schelb, Torelly e também ao procurador Luiz Francisco de Souza os votos dos senadores na sessão secreta de cassação, o que poderia significar a violação do sigilo da votação. Tal atitude, se confirmada, poderia ser entendida como quebra de decoro parlamentar por parte de Antonio Carlos, à época presidente do Senado.



Ramez Tebet pedirá hoje um relato do que já foi apurado pelas comissões

Os integrantes do conselho devem ainda decidir sobre requerimento do senador Antero Paes de Barros pedindo a convocação do ex-diretor da Secretaria de Comunicação Social do Senado Fernando Cesar Mesquita, que participou da conversa com os procuradores ao lado de Antonio Carlos.

### APURAÇÃO

Tebet também deverá solicitar, na mesma reunião, que o corregedor do Senado, senador Romeu Tuma (PFL-SP), faça um relato do que já foi apurado pela Casa em relação ao assunto. Estão em funcionamento duas comissões internas, uma sobre a participação de Fernando Cesar no vazamento para a imprensa de informações sigilosas sobre Luiz Estevão e outra que examina a suposta violação do painel de votação. Existem ainda os levantamentos que estão sendo feitos pela Comissão de Fiscalização e Controle.

## Eduardo Siqueira Campos saúda suspensão de mandado de segurança contra hidrovias

O senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) cumprimentou o juiz Cândido Ribeiro, do Tribunal Regional Federal, por ter suspenso o mandado de segurança que impedia a realização de audiências públicas para discutir o licenciamento ambiental da hidrovias Araguaia-Tocantins. Ele lembrou que o mandado de segurança havia sido concedido pela Justiça Federal em ação movida pela organização não-governamental Instituto Sócio-Ambiental (ISA), em outubro de 1999.

Na opinião do senador, a ação atentava contra os interesses econômicos e sociais do estado e do Brasil. Eduardo Siqueira Campos registrou que muitas organizações não-governamentais instaladas no país são antidemocráticas e defendem interesses suspeitos.

— No caso da hidrovias Araguaia-Tocantins, o ISA estava impedindo a realização das audiências públicas, que têm o objetivo de ouvir a população diretamente inte-

ressada do Pará, Maranhão, Mato Grosso, Tocantins e Goiás.

Eduardo Siqueira Campos destacou que a hidrovias permitirá o escoamento da produção da região Centro-Oeste e da parte central da região Norte a custos mais competitivos.

— Com a integração multimodal (rodovia, ferrovia e hidrovias), a economia tocantinense terá seu crescimento econômico e social acelerado, beneficiado pelo menor custo do transporte e pela posição estratégica do estado, o que pode significar o Tocantins no centro do fluxo de cargas e passageiros das principais regiões de produção e consumo do Brasil.

Em aparte, o senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) registrou que a decisão do TRF permitirá que as populações ribeirinhas, os povos indígenas e os demais interessados possam posicionar-se sobre se querem ou não a conclusão da hidrovias. Já o senador Gilberto Mestrinho



Eduardo Siqueira Campos prevê que a hidrovias estimulará o desenvolvimento do Tocantins

(PMDB-AM) disse que existe um movimento internacional interessado em que o Brasil não organize a navegação nas suas hidrovias.

Outro assunto abordado pelo Eduardo Siqueira Campos foi a comunicação feita pelo presidente da Valec Engenharia Construções Ferrovias S.A., engenheiro Luiz Raimundo Azevedo, ao governo do Tocantins de que serão retomadas as obras da Ferrovia Norte-Sul no trecho Aguiarnópolis-Darcinópolis, com um total de 37 quilômetros de extensão.

## Comissão ouve mais dois sobre suposta violação do painel

Mais dois funcionários do Centro de Processamento de Dados do Senado (Prodasen) foram ouvidos ontem pela comissão interna que investiga suposta violação do painel eletrônico de votação da Casa. Até agora, a comissão, presidida pelo consultor Dirceu Teixeira de Mattos, ouviu 17 pessoas.

A comissão também conta com quatro peritos da Universidade de Campinas (Unicamp) que realizam testes laboratoriais para verificar se ocorreu algum tipo de fraude no painel durante a sessão que decidiu pela cassação do então senador Luiz

Estevão. A entrega do laudo estava prevista para o começo desta semana, mas, como os peritos tiveram que voltar a Brasília na última sexta-feira para novas averiguações, a conclusão do trabalho foi adiada.

A comissão, constituída por determinação do presidente da Casa, senador Jader Barbalho, é formada por mais dois consultores legislativos do quadro do Senado. Os integrantes da comissão já ouviram também técnicos da empresa Kopp, que instalou o painel de votação, e da empresa Panavideo, que faz a manutenção do sistema.

do CIDADÃO VOCÊ LIGADO NO SENADO FEDERAL

Participe!  
Não custa nada para você,  
vale muito para o país.

Ligue! 0800 612211

www.senado.gov.br - e-mail: cidadao@senado.gov.br

Subsecretaria de Projetos Especiais - HCSAM

AVOZ

## Comissão de Orçamento avalia o cumprimento de metas fiscais

A Comissão de Orçamento (CMO) reúne-se hoje, a partir das 15h, para debater com o secretário do Tesouro Nacional, Fábio de Oliveira Barbosa, e o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Amaury Guilherme Bier, o cumprimento das metas fiscais do último quadrimestre.

O presidente da CMO, deputado Alberto Goldman (PSDB-SP), convocou para as 18h de hoje reunião em que serão apreciados dois relatórios — do deputado João Leão



Pontes: meta de superávit "foi cumprida com folga"

(PSDB-BA) e do senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) — favoráveis à aprovação das contas do presidente da República relativas a 1995 e 1999.

A pauta da comissão inclui ainda a apreciação

de três mensagens enviadas pelo Ministério da Fazenda com avaliações das metas fiscais para 1999 e respectiva metodologia. Para as três mensagens, o senador Luiz Pontes (PSDB-CE) apresentou relatório global onde registra que a meta de superávit primário (diferença entre receitas e despesas não-financeiras) prevista no Orçamento da União para 1999 — de R\$ 16,3 bilhões — "foi cumprida com folga". O superávit primário atingido foi de R\$ 21,5 bilhões, correspondente a 2,13% do Produto Interno Bruto (PIB).

Segundo Pontes, "há forte presença de setores importantes da soci-

idade pela redução da carga tributária e pela expansão das despesas de pessoal e de benefícios, efeito que se sentirá diretamente com um reajuste mais vigoroso do salário mínimo". Essas pressões comprometeriam o ajuste fiscal porque, na opinião do senador, ele é baseado em aumento de receitas transitórias, como as provenientes de concessões, ou "muito distorcidas", como seria o caso das alíquotas da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

A CMO também deve examinar requerimento, apresentado pelo deputado Airton Cascavel (PPS-RR), de inspeção nas obras na BR-174, no trecho próximo à divisa entre Amazonas e Roraima. Dois anos após a conclusão das obras, com custo superior a R\$ 100 milhões, o trecho precisa ser completamente reconstruído, diz o deputado.

Outro requerimento, do deputado Sérgio Miranda (PCdoB-MG), sugere ao ministro da Fazenda, Pedro Malan, o restabelecimento das publicações das tabelas que detalham as receitas tributárias, de contribuições e patrimoniais da União. Os três demonstrativos permitem acompanhar a evolução dos impostos e contribuições arrecadados pela União. Segundo Miranda, desde meados de 2000 a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), "com base em peculiar interpretação da Lei de Responsabilidade Fiscal", deixou de incluir as tabelas nos relatórios resumidos da execução orçamentária sob sua responsabilidade.

## Senadores elegem hoje vice-presidente da CRE

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) elege hoje o seu vice-presidente, que deverá ser do PMDB. A escolha de um representante do partido foi acertada pelos líderes após a eleição do senador Jefferson Péres (PDT-AM) para suceder o senador José Sarney (PMDB-AP) na presidência da CRE, realizada semana passada.

Para Jefferson, os assuntos que devem ocupar a maior parte das discussões na comissão são a atual situação do Mercosul, a criação do Acordo de Livre Comércio das Américas (Alca) e as fronteiras brasileiras, sobretudo na Amazônia. Entre as atribuições da CRE, estão a aprovação de acordos internacionais e a autorização para o presidente ou o vice-presidente da República se ausentarem do país.

Integram a comissão, como titulares, além de Jefferson Péres, os senadores do PFL Hugo Napoleão (PI), Bernardo Cabral (AM), Romeu Tuma (SP), José Agripino (RN) e José Coelho (PE); os senadores do PMDB Gilberto Mestrinho (AM), Iris Rezende (GO), João Alberto Souza (MA), José Sarney (AP) e Renan Calheiros (AL); os senadores do bloco PSDB-PPB Geraldo Melo (PSDB-RN), Lúdio Coelho (PSDB-MS) e Fernando Matusalém (PPB-RO); os senadores do Bloco Oposição Geraldo Cândido (PT-RJ) e Tião Viana (PT-AC); e o senador do PSB Roberto Saturnino (RJ).

# Congresso vota mudanças no IR e criação do Bolsa-Escola

Alterações no Imposto de Renda das empresas e programa de renda mínima para educação estão entre as oito MPs que irão a votação às 19h

A instituição do programa Bolsa-Escola do governo federal e diversas alterações estabelecidas pelo Poder Executivo na legislação do Imposto de Renda de Pessoas Jurídicas (IRPJ) são algumas das matérias que constam da lista de oito medidas provisórias (MPs) que o Congresso Nacional votará hoje, a partir das 19h. A pauta de oito itens prevê ainda a regulamentação da rolagem das dívidas dos municípios com a União e a instituição do pregão como modalidade de licitação pública.

Uma das MPs institui o Programa Nacional de Renda Mínima e representa, na verdade, a participação financeira da União em programas municipais de renda mínima associados à educação. Eles destinarão R\$ 15 por criança de seis a 15 anos matriculada em estabelecimento de ensino



Na sessão de hoje, a Mesa do Congresso levará à apreciação dos parlamentares questões como o envio de royalties ao exterior

fundamental regular.

Por meio de outra medida provisória, o governo federal pretende reduzir de 25% para 15% a alíquota cobrada nas remessas de royalties para o exterior. A

proposta altera a legislação do Imposto de Renda em nove pontos, que vão desde o tratamento tributário dos royalties à dedução, no IR das pessoas físicas, das despesas com creche.



## Ex-dirigentes do Fluminense falam sobre desvio de verbas no clube

A medida provisória regulamentando o fim do passe no futebol brasileiro, em vigor desde ontem, foi elaborada com a participação dos membros da CPI em funcionamento no Senado, segundo o presidente da comissão, senador Álvaro Dias (PSDB-PR). A MP revoga a chamada Lei do Passe, que estabelece relações de trabalho entre jogadores e clubes.

Álvaro Dias confirmou que o ex-presidente do Fluminense Manoel Sachwartz e o ex-presidente do Conselho Deliberativo do clube José Pereira Antelo serão ouvidos amanhã pela CPI, às 10 horas, sobre suposto desvio de verbas do Fluminense feito por outro ex-presidente, Álvaro Barcelos. Barcelos dirigiu o Fluminense entre 1996 e 1997, quando o clube passou pela maior crise de sua história, sendo

rebaixado à terceira divisão do futebol brasileiro. Barcelos já foi acusado de desviar recursos, relativos à transmissão de jogos, recebidos pelo Fluminense do Clube dos 13.

Na quinta-feira, também às 10h, a CPI ouvirá o vice-presidente administrativo do Vasco da Gama, Mário Cupello. Ele será interrogado sobre irregularidades supostamente cometidas pela diretoria do Vasco, e que incluem sonegação fiscal, lavagem de dinheiro e fraude cambial.

O presidente da CPI também anunciou que dentro de uma semana terá resposta para o pedido feito ao Ministério da Justiça sobre informações do governo dos Estados Unidos a respeito de contas bancárias em território norte-americano de clubes como Vasco, Flamengo, Grêmio e Internacional.



Álvaro Dias: CPI participou da elaboração da MP

## Prefeito acusado de envolvimento com crime vai depor



A comissão parlamentar mista de inquérito que investiga o roubo de cargas reúne-se às 15h de hoje para ouvir o depoimento do prefeito do município de Amapá do Maranhão (MA), Aveny de Andrade Pacheco. Ele foi acusado por presidiários que estão colaborando com a CPI de envolvimento com quadrilhas que atuam na região.

O depoimento do prefeito estava marcado para o período em que a CPI se instalou na cidade de São Luís — dias 15 e 16 de março —, mas ele não compareceu para prestar esclarecimentos, sob o argumento de que estava naquele momento participando de um encontro de prefeitos em Brasília. Para a audiência de hoje, Aveny já confirmou presença.

Após o depoimento de Aveny Pacheco, a CPI seguirá para a cidade de Campinas (SP), nos dias 29 e 30 de março, onde fará novas diligências e audiências. O município paulista é considerado uma das principais bases de operação das quadrilhas de roubo de cargas.



O senador Romeu Tuma preside a CPI do Roubo de Cargas

# Hartung quer municipalização dos serviços de saneamento

Senador aponta erros na proposta do governo para regulamentar o setor e lamenta desconexão entre concessionária, usuário e poder cedente

O senador Paulo Hartung (PPS-ES) defendeu ontem a municipalização dos serviços de saneamento básico por entender que são de interesse local. Conforme o parlamentar, a Constituição não confere qualquer exclusividade aos estados ou à União no fornecimento desses serviços.

O senador diz considerar um erro tratar os serviços de abastecimento de água e de esgoto como distintos, já que este último representaria apenas a seqüência natural do fluxo de água servida. O tratamento da água se impõe não só por uma questão ambiental, mas também de saúde pública, já que um grande número de doenças é causado pela poluição de mananciais e pelos esgotos a céu aberto.

— Não é admissível prover água potável sem adequados sistemas de coleta, tratamento e disposição final das águas resultantes — disse Hartung.

Esse preceito não vem nortear a atividade do saneamento pela falta de um conjunto de regras mínimas para o setor, segundo entende o senador. Ele lembrou que, em fevereiro passado, o governo enviou ao Congresso projeto de lei sobre o assunto. Tramitando em comissão especial na Câmara dos Deputados, a proposta padece de dois erros, de acordo com Hartung: não dá ao município o papel devido no processo de reestruturação



Paulo Hartung afirma que os serviços de saneamento básico são de exclusivo interesse local

dos serviços de saneamento e sugere mudanças na Constituição, o que fere a hierarquia das leis.

O parlamentar observou que a estadualização da política de saneamento, a partir da criação de uma empresa de economia mista em cada unidade da Federação, levou à desconexão entre a concessionária, os usuários e o poder cedente. O que ficou claro, segundo o senador, é que aquelas empresas não dominavam condições essenciais para boa gestão, como a formalização de contratos de investimento e a adoção de política tarifária adequada, gerando administração ineficiente, com a complacência dos governos estaduais. Dados do governo federal mostram que as perdas de faturamento dessas companhias chegam a 38,1% — em dez delas, a 50%.

Em aparte, o senador Romero

Jucá (PSDB-RR) disse ser favorável à municipalização do saneamento e prometeu estar “vigilante” para que, por meio da ação municipal, seja assegurado o direito de todos a esse serviço. Também o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) elogiou o discurso de Hartung e observou que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania não aprovará matéria inconstitucional.

## SETOR ELÉTRICO

Hartung afirmou também que o real problema da anunciada escassez de energia elétrica no país não resulta da falta de chuvas, mas da falta de investimentos no setor. Hartung referiu-se a requerimento por ele apresentado à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), e ainda não apreciado, convidando o ministro de Minas e Energia, José Jorge, para debater com os parlamentares a situação do setor de energia elétrica. “A situação é grave e não vamos corrigi-la com remédios”, afirmou.

Hartung lembrou também que já apresentou sugestões para minimizar um eventual racionamento de energia, como o cancelamento das privatizações em curso, a aceleração dos projetos de construção de usinas termelétricas e a adoção de um plano ousado de aproveitamento das pequenas quedas d’água que existem em todo o Brasil.

# Alcântara elogia lançamento de programa que amplia uso de informática em escola pública

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) elogiou o lançamento em Mato Grosso, pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, do programa Telecomunidade, que vai estender o acesso à informática a uma grande rede de escolas de segundo grau em todo o país. Pelo programa, cada grupo de 47 estudantes terá acesso a um computador, o que para Lúcio Alcântara é fundamental em uma sociedade tão desigual como a brasileira.

O senador lembrou que, hoje, há um tipo de analfabetismo tão

grave quanto a incapacidade absoluta de ler e escrever: o analfabetismo funcional, que faz com que as pessoas não saibam usar os instrumentos da moderna sociedade eletrônica e informatizada. Alcântara lembrou que o Senado aprovou, no fim do ano passado, o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust), que vai garantir ao governo, neste ano, mais de R\$ 1 bilhão para investimento em informatização na área pública, em saúde, educação e cultura.

Lúcio Alcântara disse ainda que



Alcântara destaca o combate ao analfabetismo funcional previsto no programa lançado por FHC

os resultados dos dois programas, o Fust e o Telecomunidade, serão sentidos pela sociedade brasileira em um breve espaço de tempo, e vão integrar toda uma população carente que não tem acesso à Internet.

# Cândido cobra medidas para retirar negros da marginalização

O senador Geraldo Cândido (PT-RJ) exigiu, em discurso no Plenário, uma ação efetiva do Estado para retirar a população afro-descendente da condição de marginalização perante a sociedade brasileira. O senador citou dados que comprovam a existência de racismo no país. Por exemplo, na comparação das taxas de desemprego do ano passado, 86,4% dos desempregados em Salvador eram negros; no Recife e Distrito Federal esse número atingia cerca de 68% e, em São Paulo, ficava em 40%. Cândido informou ainda que as mulheres negras compõem os maiores índices de desempregados em todo o país.

Na opinião de Cândido, esses dados refletem uma situação de preconceito, herdada de um passado colonial. Mesmo com a legislação brasileira condenando o racismo, ainda existem no país práticas racistas, discriminatórias e constrangedoras, acredita. Um exemplo, citou, é a exigência de “boa aparência” em anúncios de emprego. Para evitar essa situação, que para ele reflete preconceito contra negros, obesos e pessoas com problemas dermatológicos, Cândido apresentou projeto proibindo o uso dessa expressão nos classificados. A matéria já foi apro-



Geraldo Cândido citou dados que, segundo ele, comprovam a existência de racismo no país

vada no Senado e aguarda exame da Câmara dos Deputados.

O senador, que tratou do assunto por ocasião da comemoração, no dia 21, do Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial, comparou a situação do Brasil com o regime de *apartheid* em que viveu a África do Sul. Cândido explicou que o regime sul-africano reservava 87% do território, assim como empresas e indústrias, à população branca, deixando os 13% restantes para a maioria negra. O fim desse regime na África do Sul se deu em 1994, com a eleição de Nelson Mandela para a presidência, lembrou Geraldo Cândido.

## PROGRAMAÇÃO



### TV SENADO

#### HOJE

6h — *As Cores do Brasil* — Cambariú  
6h30 — *Cidadania* — O sen. Sebastião Rocha e o professor da Universidade de Brasília, Marcelo Valle de Souza, falam sobre os limites éticos da genética  
7h30 — *Entrevista* — O sen. Osmar Dias fala sobre os reflexos da crise na Argentina  
8h — *Jornal do Senado* — As principais notícias do dia  
8h30 — *Saúde/Unip* — Dependência Química — Parte 2  
9h — *As Cores do Brasil* — Ceará  
9h30 — *Entrevista* — O sen. Mazarildo Cavalcanti fala sobre o surto de epidemias  
10h — *Comissão de Serviços de Infra-Estrutura* — Audiência pública para esclarecimentos e informações sobre temas relacionados com as atividades de extração, produção e transporte de petróleo, em especial a política de prevenção de acidentes e a segurança operacional da Petrobras. Convidados: dr. Henri Philippe Reichstul, presidente da Petrobras; dr. David Zylbersztajn, diretor-presidente da Agência Nacional do Petróleo (ANP); dr. Fernando Siqueira, presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobras (AEPET); Sr. Maurício França Rubem, diretor da Federação Única dos Petroleiros (FUP); (ao vivo)

14h — *Entrevista* — o sen. Osmar Dias fala sobre os reflexos da crise na Argentina  
14h30 — Sessão plenária (ao vivo)  
19h — Sessão conjunta do Congresso Nacional (ao vivo)  
21h — *Jornal do Senado* — As principais notícias do dia  
21h30 — Sessão plenária (representação)

### RÁDIO SENADO

#### HOJE

8h — *Agenda Senado*  
Em seguida — Música e informação  
10h — *Comissão de Serviços de Infra-Estrutura*  
Em seguida — Música e informação  
14h30 — Sessão plenária do Senado (ao vivo)  
Em seguida — Música e informação  
19h — Sessão conjunta do Congresso Nacional  
Em seguida — *A Voz do Brasil*  
20h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Nordeste  
Em seguida — Música e informação  
21h — *Senado em Linha Direta* — Edição Norte/Centro-Oeste  
Em seguida — Música e informação  
21h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Sul/Sudeste  
Em seguida — Música e informação

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

## Crise econômica é iminente no país, afirma Lauro Campos

Ao dizer que não acredita na "honestidade ética ou intelectual" do presidente Fernando Henrique, o senador Lauro Campos (PT-DF) afirmou que o governo federal utiliza a propaganda para criar a ilusão de que a situação socioeconômica do país não é preocupante. Segundo o senador, dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) comprovam o contrário. Mesmo com o crescimento da indústria, o faturamento em 2000 sofreu redução de 23% em comparação a 1985, disse. Ele acrescentou que "o desemprego cresceu de forma assustadora nos últimos anos".

Observando ser iminente uma crise no país, Lauro considerou "leviandade" do presidente culpar a Argentina e os Estados Unidos



Para Lauro, "tecnocratas são ruínas de economia"

pelas decisões equivocadas que o governo brasileiro tomou ao longo da última década. No seu entender, programas como o Avança Brasil e até o Plano Real têm objetivos eleitoreiros e foram elaborados por "tecnocratas ruins de economia mas bons de política". E disse que, no lugar de melhorias para a população, o trabalho da equipe econômica sempre foi medido pelo resultado obtido nas urnas.

Além da "vocaçãõ televisiva", continuou, o governo Fernando Henrique "recorre a subterfúgios inescrupulosos" para garantir a manutenção do PSDB no poder.

O senador traçou um paralelo entre o que acontece no Brasil e o livro *Corações Sujos*, de Fernando Morais. No livro, uma parte da comunidade japonesa que vivia no país recusava-se a aceitar a derrota do Japão na Segunda Guerra Mundial. Na época, quem não acreditava na supremacia japonesa era visto como derrotista e pagava com a vida por suas crenças. Lauro entende que o país está sendo comandado por pessoas que não aceitam a realidade. Em sua análise, os derrotistas de hoje serão punidos com a execração pública.

# Requião cita EUA para alertar sobre riscos da privatização de empresas de energia

Modelo texano, em que apenas os novos investimentos foram privatizados, é apontado como um exemplo bem-sucedido, em contrapartida ao caso da Califórnia, onde o sistema faliu

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) fez um relato ontem de sua visita de 12 dias aos Estados Unidos, como membro da Comissão do Mercosul, a convite do Departamento de Estado daquele país, e traçou um paralelo entre o processo de privatização do setor energético brasileiro e o norte-americano.

Requião ressaltou que, no processo de privatização no estado do Texas, o controle público do sistema energético foi mantido, ao contrário do que está ocorrendo no Brasil. Na Califórnia, informou, o sistema energético faliu e parlamentares já pensam em reverter a privatização, realizada em 1985, de-

volvendo empresas do setor para o Estado. Segundo o senador, após a privatização na Califórnia, pouco se investiu no aumento da oferta energética, enquanto as geradoras enriqueciam, com o preço da energia saltando de US\$ 40 para US\$ 180 o megawatt/hora.

Já o Texas, destacou Requião, manteve todas as usinas nas mãos do poder público e liberou para o capital privado novos empreendimentos, no regime de concessão, através de concorrência. No Brasil, comparou Re-



Requião: o Brasil é mais liberal que os Estados Unidos

quião, a idéia é entregar usinas funcionando ao capital privado, com o argumento de que elas precisam se modernizar.

O senador, que elogiou o trabalho do embaixador brasileiro nos Estados Unidos, Rubens Barbosa, "em defesa dos interesses do Brasil", acentuou também a concorrência desleal que a soja, em especial,

e a agricultura brasileira, em geral, enfrentam naquele país, já que a produção norte-americana recebe subsídios do governo.

O "país do liberalismo", afirmou

o parlamentar, subsidia os plantadores de soja com US\$ 3 bilhões ao ano, assumindo 40% do custo do seguro agrícola dos produtores. Em 2001, acrescentou, os Estados Unidos devem colher 90 milhões de toneladas de soja, enquanto a produção total de grãos no Brasil ficará em torno de 80 milhões de toneladas.

— Os EUA subsidiam a sua agricultura tratando-a como um projeto de segurança nacional, reconhecendo na produção objetivos estratégicos inarredáveis, mas nós aqui praticamos o liberalismo econômico, liquidando a possibilidade de aumento das safras — afirmou Requião.

## ACM pede investigação completa de irregularidades na Sudam e na Sudene

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) defendeu ontem a total reformulação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), com uma profunda investigação sobre possíveis irregularidades em projetos executados pelo órgão. Ele disse que não se podem comparar os desvios verificados na Sudene e noticiados pela imprensa com os denunciados na Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). Na sua avaliação, na Amazônia todos os projetos foram feitos para "beneficiar pessoas ligadas a políticos, enquanto no Nordeste, se isso ocorreu, foi em escala bem menor".

— Queremos a reestruturação da Sudene e punição para qualquer empresário nordestino que tenha praticado irregularidades. Projetos da Sudene que tiverem maracutaia, como os da Sudam, têm de ser expostos ao público. É preciso mostrar se políticos estavam envolvidos nele, como no caso da Sudam, como provei várias vezes — frisou.

Antonio Carlos anunciou que ocupará a tribuna do Senado nesta semana para fazer novas denúncias de corrupção. "Estarei ainda mais turbinado para utilizar melhor o meu trombone", assinalou.

O senador disse que, depois de

iniciar o que chamou de "cruzada pela moralidade", o conceito do Congresso na opinião pública melhorou. Ele acrescentou que as segundas denúncias de corrupção melhorarão ainda mais a imagem do Legislativo.

— Não com a destruição do governo, que não nos interessa, mas com a destruição da corrupção que afeta alguns setores do governo — acentuou.

Ele convocou todos os parlamentares, sobretudo os nordestinos, para criar uma frente com o objetivo de aprovar os projetos importantes, mas "sem oposição sistemática ao governo". Sugeriu ainda que o Congresso tenha mais atenção quando apreciar os nomes indicados para as agências de desenvolvimento que substituirão a Sudam e a Sudene. Segundo ele, se forem indicados e aprovados nomes que formaram a recém-demitida diretoria do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), o Congresso estará "sendo conivente".

— Espero uma investigação séria na Sudene e na Sudam, não por amostragem, mas completa. E acredito que o ministro (*Fernando Bezerra, da Integração Nacional*) possa fazer isso, porque ele quer fazer vida pública e, neste país, ninguém faz vida pública sem a ética.



Antonio Carlos quer reformulação da Sudene

## Freitas Neto questiona acusações contra superintendência do Nordeste

O senador Freitas Neto (PFL-PI) protestou ontem em Plenário contra a inclusão da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) entre os órgãos públicos federais que têm sido alvo de acusações de corrupção. Para Freitas Neto, que defendeu a apuração das denúncias sobre a



Freitas Neto diz que ameaça contra a Sudene é antiga

suposta prática de irregularidades na autarquia, a tentativa de vincular a Sudene com outros órgãos marcados pela corrupção é antiga e sempre ocorreu sem que nenhuma acusação contra ela tivesse sido sequer formalizada. Segundo ele, "a ameaça de desmonte da Sudene é antiga e precisa apenas de um pretexto".

Freitas Neto lamentou o fato de a Sudene, que emprega 1.100 funcionários e implementa projetos para o desenvolvimento econômico do Nordeste, chegar a ser listada entre as que seriam extintas pelo governo. O senador rebateu a declaração de um ex-ministro segundo a qual o Nordeste não precisa da Sudene para receber incentivos. Freitas Neto também criticou os que querem que a economia

nordestina fique limitada ao turismo e a confecções. E destacou o potencial industrial e agrícola da região.

— Qual a razão para restringir o Nordeste apenas aos setores de turismo e de indústria têxtil? Por que privar a população dos benefícios trazidos pelo desenvolvimento? —

indagou o senador, lembrando a necessidade de uma política de combate às desigualdades regionais e lamentando a reduzida força política dos governadores nordestinos.

Freitas Neto classificou de "inadmissível" o eventual fechamento da Sudene e afirmou que a razão para a autarquia existir é a execução de políticas públicas destinadas à luta contra o desequilíbrio regional. O senador destacou que a industrializada região Sudeste, para onde ocorre a maioria dos flagelados nordestinos, foi historicamente beneficiária de inúmeros e vultosos incentivos para possibilitar o seu desenvolvimento econômico. Em aparte, o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) apoiou o discurso de Freitas Neto, classificando-o de "perfeito".

# Cabral lamenta falta de apoio aos inventores

Na opinião do senador, apoiar a pesquisa e o desenvolvimento de novas invenções poderia contribuir para a geração de divisas e aumentar os níveis de emprego e renda, além de elevar a auto-estima nacional

## Patrocínio anuncia feira tecnológica no Tocantins



Carlos Patrocínio: Agrotins beneficiará o produtor rural

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) anunciou a realização em abril da Primeira Feira Tecnológica do Tocantins (Agrotins), que apresentará ao produtor rural as principais inovações tecnológicas para aumento da produtividade na agropecuária. "A Agrotins vai colocar à disposição dos nossos produtores agrícolas vitrines tecnológicas de diversas culturas, unidades demonstrativas, mostras de máquinas agrícolas, equipamentos e produtos destinados à agropecuária, aquícultura, apicultura e outras atividades do setor", disse.

Patrocínio apontou a melhoria genética do rebanho, a prevenção e o controle de doenças como alguns dos benefícios que a feira tecnológica vai trazer. Disse ainda que Tocantins não quer apenas produzir alimentos a preços acessíveis à população do estado, mas também conseguir um excedente para exportação, por meio de novos métodos, processos e tecnologias.

O senador lembrou o problema criado pelo Canadá, que acusou a carne produzida no Brasil de suspeita de contaminação pela doença da vaca louca. Patrocínio disse que os instrumentos usados pelos países ricos são as falsas acusações de *dumping*, abertura de processos em organismos internacionais onde predominam o poder, a força e a influência dos países mais ricos que, no entanto, abusam dos subsídios aos próprios produtores.

Por tudo isso, segundo o senador, é fundamental que o rebanho brasileiro aperfeiçoe cada vez mais a própria qualidade e que os produtores se mantenham constantemente em alerta.

A falta de apoio, de reconhecimento e de justa retribuição financeira que causou prejuízos incalculáveis aos inventores brasileiros do passado continua a prejudicar os inventores de hoje. O alerta foi feito ontem pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM), ao defender apoio adequado e consistente ao setor de patentes. "Continuamos sem apoiar nossos inventores, diferentemente do que fazem os países mais desenvolvidos e ricos", afirmou.

Segundo o senador, apoiar a pesquisa e o desenvolvimento de novas invenções poderia contribuir para a geração de divisas e aumentar os



Cabral observa que os países ricos incentivam o setor de patentes

níveis de emprego e renda, além de elevar a auto-estima nacional. Para demonstrar o prejuízo brasileiro nessa área, Cabral apontou o relatório IDH/99 da ONU, no qual consta que 95% das patentes mundiais são de domínio dos dez países mais industrializados.

Nos Estados Unidos, o número de patentes provenientes das universidades passa de 1.500 ao ano, informou o senador, acrescentando que cerca de 50% são licenciadas, adicionando US\$ 21 bilhões à economia e criando cerca de 180 mil postos de trabalho a cada ano.

— E as universidades brasileiras? E o Brasil? O que tem sido feito? Com

relação à política de patentes muito pouco, já que não existe nem mesmo uma cultura de patentes disseminada na sociedade — assinalou.

O senador Lauro Campos (PT-DF) criticou, em aparte, o "descaso" brasileiro em relação aos inventos nacionais, citando o exemplo do remédio que toma para o coração, Capoten. Inventado por cientistas brasileiros a partir do veneno de serpentes, o remédio não foi patenteado. "A descoberta foi expropriada por empresas estrangeiras", disse.

O senador Paulo Hartung (PPS-ES) lembrou o quanto custa ao Brasil o pagamento de *royalties* e o que isso representa no balanço de pagamentos. O senador Romero Jucá (PSDB-RR) pregou a união da bancada amazônica para cobrar providências que levem à exploração das riquezas da região de modo sustentável.

## Jucá quer recuperação emergencial de estradas vicinais em Roraima

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) fez um apelo ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e ao presidente Fernando Henrique Cardoso em favor da recuperação emergencial das estradas vicinais de Roraima, que já estão intransitáveis antes mesmo do começo da estação das chuvas. "Milhares de pessoas ficarão ilhadas se não ocorrer a recuperação imediata dessas vias", disse.

Jucá informou ter recebido correspondência da Federação dos Trabalhadores na Agricultura e da Central dos Assentados de Roraima, re-

latando o abandono em que se encontram as estradas vicinais nos assentamentos e áreas de colonização. Ele frisou que isso compromete os objetivos da agricultura familiar e incentiva o êxodo rural, a evasão escolar e até a eclosão de epidemias.

O senador sugeriu o emprego de batalhões de Engenheiros do Exército



Romero Jucá alerta que populações podem ficar ilhadas na estação das chuvas

para recuperar as estradas em caráter emergencial. "Entendo que essa ação não seja da alçada federal. Mas, no caso dos assentamentos federais, acredito que se possa reivindicar um atendimento em sua infra-estrutura para garantir que a agricultura familiar represente um fator de desenvolvimento", afirmou.

## Francelino saúda inauguração de centro de convenções em Ouro Preto

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) anunciou ontem a inauguração do Centro de Artes e Convenções de Ouro Preto, obra que, acredita, irá dar impulso ao turismo de eventos na cidade. Dotado



Francelino Pereira aponta valorização cultural de Ouro Preto

de vários ambientes, inclusive um auditório para cinco mil pessoas, o centro não só valoriza culturalmente a

ex-capital mineira, mas será importante fonte de renda, disse ele.

Conforme o senador, esgotado o ciclo do ouro, a cidade passou a ter no turismo importante fonte de recursos. Ocorre que a rede hoteleira e outros serviços não estavam preparados para torná-la um centro turístico pujante, observou.

Com a colaboração do governo e apresentação de emenda ao orçamento por parte de Francelino, o município pôde contar com R\$ 10 milhões para construir o centro de convenções, inaugurado no dia 23.

— A história se renova, já que Ouro Preto é o berço da independência, da soberania e da identidade nacional — disse o senador. Ele registrou a atuação do reitor da Universidade Federal de Ouro Preto, Dirceu Nascimento, responsável pelo início das obras do centro.



Moreira Mendes rejeita transformação do Senado em "tribunal de inquisição"

## Moreira pede que Senado retome ação legislativa

O senador Moreira Mendes (PFL-RO) fez um apelo ontem para que o Senado retome, imediatamente, suas atividades legislativas. "Não podemos permitir que a Casa se transforme num tribunal de inquisição, com a instalação de uma CPI tão genérica que somente irá dar holofotes aos partidos de oposição e prejudicar o país, paralisando a sociedade e o Parlamento", afirmou.

Moreira Mendes enfatizou não estar defendendo que se ignorem as graves denúncias que têm surgido nos últimos tempos. Ao contrário, reivindicou a imediata e cabal apuração de todos esses fatos pelo Ministério Público e demais órgãos competentes.

Ele afirmou estar fazendo um "singelo apelo à razão", por entender que crises conjunturais não podem assumir tal dimensão que acabem por paralisar o país. Moreira Mendes relatou as situações de crise que o Brasil conseguiu debelar desde sua independência e observou que o país sempre pôde contar com a lucidez de grandes lideranças. "Penso hoje em estadistas como José Sarney e Marco Maciel, que reúnem qualidades para encaminhar saídas corretas para a crise política", disse, lamentando a "novela infundável que, há 60 dias, distancia o Parlamento de seus reais objetivos".

Em aparte, o senador Antonio Carlos Magalhães lembrou que uma das missões mais importantes do Parlamento é fiscalizar o Executivo. "Fatos inacreditáveis estão acontecendo no país e é nosso dever apurar, com rigor", disse.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Edison Lobão, Carlos Patrocínio e Romero Jucá e pela senadora Maria do Carmo Alves